

**ENTRE CARTAS E FATURAS: UMA INTERPRETAÇÃO DO
COMÉRCIO CEARENSE A PARTIR DOS DOCUMENTOS DAS
CASAS COMERCIAIS DE GRANJA 1880-1892.**GILMAR RODRIGUES OLIVEIRA¹

gilmar.clio@hotmail.com

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DOS SANTOS

RESUMO: O intento deste trabalho é discorrer a respeito do universo comercial na Zona Noroeste cearense nos últimos anos do século XIX e início do XX por meio da análise da documentação comercial das firmas de Granja – CE, existentes no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS – da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Através da pesquisa nos arquivos supracitados desejamos discutir e compreender a trajetória e importância que alguns produtos tiveram na histórica econômica do Ceará (ênfase na área Noroeste do Estado), principalmente a partir do declínio do algodão e o surgimento de novos produtos comerciais que supriram o vácuo econômico deixado pela crise da cotonicultura, implicando num comércio multifacetado na região. Neste ínterim, buscaremos também compreender e discutir a tessitura de uma complexa rede de conflitos e sociabilidades que ecoava nos meandros do universo contábil da Zona Noroeste do Ceará no espaço-temporal trazido à lume.

PALAVRAS-CHAVES: Comércio. Sociabilidades. Firmas Comerciais.

ABSTRACT: This article has the purpose of discussing about the commercial universe in the northwest of Ceará in the last years of the nineteenth century and mid-twentieth century through an analysis of the commercial documentation of Granja firms, existing in the Center for Studies and Historical Documentation of Acaraú Valley State University. Through the research in the above – mentioned files we intend to discuss an understand the trajectory and importance that some products had in the economic history of Ceará (emphasizing the area northwest of the State), mainly from the decline of cotton commerce and the appearance of new commercial products that filled out economic gap left by crisis in the cotton crop, resulting in a multifaceted trade in the region. Meantime, we'll seek to understand a texture of a complex net of conflicts and sociabilities that echoed in the entanglements of the accounting universe in the northwest of Ceará in the space and epoch in question.

KEY-WORDS: Commerce. Sociability. Commercial firms.

1. INTRODUÇÃO

No entardecer do século XIX e aurora do XX a Zona Noroeste do Ceará figurava como um dos mais importantes pólos comerciais do estado, favorecida, principalmente pela ação das firmas Carvalho Motta & Irmão e Ignácio Xavier & Cia, ambas localizadas na cidade de Granja, funcionando como entreposto de comércio que envolvia inúmeros estados brasileiros (Pará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, entre outros, países europeus (França, Alemanha, Holanda, Portugal e Inglaterra) e até

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

os Estados Unidos da América através das cidades de Nova Iorque e Chicago. Suas atividades adquiriram aspectos tão significativos que, mesmo sendo negligenciadas pela historiografia oficial, é possível lançar novos olhares sobre a economia cearense a partir dos negócios e ações das supracitadas firmas.

Foram estas duas casas de comércio que durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX protagonizaram e ditaram os rumos da economia na porção noroeste cearense, visto que através delas chegavam e saía uma gama quase que incontável de mercadorias para as mais distintas necessidades desde alimentos e vestuários até móveis e utensílios dos mais diversos. Assim, a atividade das empresas Carvalho Motta & Irmão e Ignácio Xavier & Cia consistia basicamente em exportar gêneros em estado primário, ou melhor, matérias-primas. Paralelamente, eram importados uma infinidade de itens industrializados que supriam os anseios e as carências dos ávidos consumidores do noroeste do Ceará.

Desta forma, Granja funcionava como entreposto comercial de toda a Região Noroeste. De lá saía e chegava um volume considerável de produtos. De acordo com Filho (2010, p. 20-21):

As trocas comerciais da cidade eram feitas através de Camocim, na barra do Rio Coreaú que, segundo muitos, era a entrada para o porto (ou ancoradouro) da Granja. Há referências do começo da década de 1870, sobre a entrada de ‘vapores’ até Granja... O que se chamava ‘porto da Granja’ entretanto, ficava em Camocim... Essas explicações, aparentemente conflitantes, podem ser entendidas se nos lembrarmos que o atual município de Camocim fazia parte do da Granja até 1879 e que anteriormente, desde 1778, era uma vila subordinada à Granja com o nome de Barra do Camocim.

Com condições de localização favorável, logo Granja passa a ser um centro polarizador; de comércio com visibilidade em todo o Ceará, pois como afirma Filho (2010, p. 32) “Por volta de 1886, a Granja era listada, como porto de exportação, em quarto lugar entre cinco portos: Capital, Camocim, Granja, Acaraú, Aracati.” Também segundo nosso autor “... com a firma de Carvalho Motta em pleno desenvolvimento, as exportações e importações diretas de e para a Europa e em menor escala de e para os Estados Unidos foram se tornando mais frequentes. “Desde então foram criadas condições para o desenvolvimento de um capitalismo comercial importador.” (FILHO, 2010, p. 32)



Com isso foi gerado um sistema de comércio multifacetado na região noroeste, dado que nos levar a crer que nem sempre as ações das firmas estavam em consonância com os ditames do nascente e poderoso pólo comercial de Fortaleza.

Outro fator que abordaremos diz respeito a uma intrincada rede de conflitos e sociabilidades que coexistiam em meio ao universo das transações de produtos, isto é, por meio da ação comercial se constituíam relações de apreço e amizade bem como de intrigas e discórdias. Buscar entender as motivações que levaram a construção destas relações nos interessa sobremaneira. Isto nos norteará para compreendermos a real intensidade de tais relações e como elas influíram na construção do sistema de negócios na região elencada por nós.

2. AS RELAÇÕES COMERCIAIS DE GRANJA NO SÉCULO XIX ATRAVÉS DE SUA DOCUMENTAÇÃO

O documento é o instrumento privilegiado do historiador, seja como suporte material da pesquisa, seja como a fonte de interpretação. O seu uso assumiu diferentes conceitos ao longo do processo histórico, na noção tradicional, acentuada pelos historiadores positivistas, que defendia o lado empírico e abstrato das testemunhas, o documento, como diz Silva (1994, p. 51), é “ a expressão irreduzível do fato”, é “ o espelho da realidade e a prova irrefutável de uma investigação equivalente e um dossiê de processo crime”. Assim adota-se uma atitude de respeito quase místico da peça documental e o historiador é reduzido “a mero copista, sacerdote do passado e funcionário especializado na coleta e organização de fontes (de preferências as “inéditas”)” (SILVA, 1994, p. 51). Neste caso os documentos oficiais são considerados verdadeiros testemunhos do passado, como verdade inquestionáveis.

A segunda noção contrapõe a primeira, valorizando o documento em caráter de exemplo ou amostragem, perdem o significado global, pois dão “interesse em estabelecer interpretações, sínteses, impressões e abstrações sobre fatos e acontecimentos” (SILVA, 1994, p.52). Nessa perspectiva, “o documento é apenas relato confirmando um conhecimento que se faz fora dele, e destacando-se a figura do historiador que escolhe sobre os temas que devem interessar no passado”



Ambas nas noções consagram uma visão do passado segundo a posição dos vencedores. A primeira ressoa mais visivelmente os ecos conservadores, a outra perpetua de forma sutil e recria em ciclos recorrentes a memória dos vencedores, poi é fundamentada na separação sujeito-objeto. A Escola dos Annales, representada por Lucien Febvre e Marc Bloch, provoca uma mudança no conceito de fonte histórica, rompendo com a história tradicional e determinista, propondo uma renovação na produção historiográfica. É a partir desse movimento que o documento passa a ser visto e utilizado de maneira crítica, incluindo também a memória do povo e não apenas da elite; o documento passa a ser questionado e interpretado sobre outro prisma, ele não é neutro e não apresenta um conhecimento pronto e acabado sobre dado fato acontecimento. Circe Bittencourt (2004, p. 332) nos alerta que para compreender o documento é necessário que se faça uma análise dele como sujeito de uma ação e também como objeto, formulando os três níveis de indagação propostos pelo historiador Adalberto Marson:

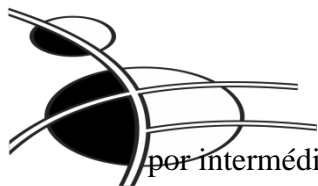
1º.) sobre a existência em si do documento: o que vem a ser o documento? O que é capaz de nos dizer? Como podemos recuperar o sentido deste seu dizer? Por que tal documento existe? Quem o fez, em quem circunstâncias e para que finalidade foi feito?

2º.) sobre o significado do documento como objeto: o que significa como simples objeto (isto é, furto do trabalho humano) ? Como e por quem foi produzido? Para quem e para quem se fez esta produção? Qual é a relação do documento (como objeto particular) no universo da produção? Qual a finalidade e o caráter necessário que comanda sua existência?

3º.) sobre o significado do documento como sujeito: por quem fala tal documento? De que história particular participou? Que ação e que pensamento estão contidos em seu significado? O que fez perdurar como depósito da memória? Em que consiste seu ato de poder? (MARSON, 1984, p. 52)

Desta forma, procura-se analisar os elementos intrínsecos do documento. Este não pode ser estudado de forma isolada, pois está relacionado a outros que ampliam o seu sentido e permitem uma aproximação da realidade. É necessário questioná-lo como um olhar caleidoscópico para não correr o risco de obter uma visão reducionista e preconceituosa do que ele está tratando.

Como já foi discutido por Marco Antônio Silva, Circe Bittencourt também coloca que os documentos são a fonte principal do ofício do historiador, a matéria-prima



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

por intermédio da qual escrevem a história. É com base no pensamento desses dois autores que desenvolvemos um estudo das relações comerciais através dos documentos da firma Carvalho Motta & Irmão, em atividade durante boa parte do século XIX, no município de Granja, na região Noroeste do Estado do Ceará.

A análise aqui desses documentos é feita de forma questionadora, qualitativa e busca demonstrar a importância do diálogo entre várias áreas do saber no estudo do processo histórico ao qual está inserida tal firma, vez que como os documentos as ciências se complementam e permitem uma aproximação da realidade. Destacamos a importância da utilização deles como fonte histórica, vez que no locus das trocas comerciais que abarca a pesquisa ele ainda não é de uso comum.

Os documentos usados no estudo estão arquivados no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS – do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. São mais de 30 naturezas diferentes, dentre elas Cartas e Faturas, Telegramas, Diários, Razão, Livro Caixa, Contas Correntes, Contas de Venda, Balanço, Borradores, Recibos, Registros de Entradas e de Saídas de Mercadorias.

Através da leitura de diversas cartas, fundamentada em algumas obras de história econômica, como, por exemplo, História econômica do Brasil, de Caio Prado Júnior; Formação econômica do Brasil, de Celso Furtado e História econômica do Ceará, de Raimundo Girão podemos perceber o que, para onde, com quem comercializava as firmas comerciais de Granja, que meios de transporte usava para as mercadorias, para, a partir de então, compreendermos as relações comerciais do período elencado por nós.

As mercadorias comercializadas em Granja, por exemplo, em 1890 e 1891, por Carvalho Motta & Irmão, eram, em grande parte, importadas de outros estados brasileiros, como Maranhão, Pernambuco, Pará e Rio de Janeiro; de cidades europeias e norte-americanas como Paris, Londres, Hamburgo, Manchester, Liverpool e New York. Eram transportadas por navios como “Deus te Guie”, de Pernambuco, Vapor Granjense, do Ceará, Vapor Ambroze, de Paris, e Cabral; por barcas, onde podemos destacar a “Carolina” e por trem.

O comércio entre Carvalho Motta & Irmão e L. Lartigue & Cia (Paris), Secling & Watty (Hamburgo), Gunston, Sons & Cia (Liverpool), W. H. Crossman & Brio (de New York) que exportavam, principalmente, produtos industrializados como tecidos



(fazendas), porcelanas, querosene (Kerozenne) e cachimbos, demonstram a dependência da região a essas mercadorias do exterior, fruto da colonização do país. Já nas relações nacionais, observamos a predominância de perfumaria, farinha, chá verde, chumbo através do Senhores Mais Sobrinho & Cia (Maranhão); algodão de Moreira & Saraiva (do Maranhão); agulhas, fios, linhas, lançadeiras, borracha, molas da Nothmann & Cia (do Rio de Janeiro). No comércio local, destacamos o intercâmbio de Granja com Fortaleza, Sobral, Camocim, Massapê e Palma (hoje Coreaú).

É notável a importância da firma Carvalho Motta & Irmão (Fundada em 1808 e funcionando até 1899) para o comércio do município de Granja, assim como da região Noroeste do Estado, uma vez que funcionava como entreposto entre a sociedade granjense e de outras cidades do Ceará, na compra de produtos do mercado externo. Outros fatores que podemos são a oscilação dos preços das mercadorias e a exigência dos consumidores por produtos de boa qualidade, chegando a muitos casos a devolvê-los quando não atendiam tais exigências:

Aguardando a remessa das 6 barricas de cigarros amarelos de nosso pedido, de conformidade como nossas instruções, afim de não haver o embarço, que já se deo com a última remessa que fizeram, e de que já deveriam está ciente por nossa citada carta. Como lhes dissemos na mesma, abaixo damos a nota das despezas que faremos com as 6 barricas de cigarros devolvidas, por não terem Vm^{ces}. observado as instruções que lhes demos. ²

O conteúdo dos materiais pesquisados nos informa sobre a dinâmica socioeconômica existente, evidenciando a atuação dos sujeitos no mundo do trabalho. As trocas comerciais se davam basicamente de produtos do extrativismo vegetal por industrializados, o que favorecia o mercado internacional. Através disso é possível perceber uma forte importação do algodão maranhense e do próprio Ceará e um consumo grande de tecidos, cachimbos, charutos, querosene do exterior. Chamamos atenção para a grande demanda desse último elemento, a qual se justifica pelo fato da iluminação elétrica não ter ainda chegado à Zona Noroeste do Estado.

As relações econômicas que se davam entre Granja e outras cidades ou Estados brasileiros, europeias e norte-americanas ao mesmo tempo em que diversificavam o

² UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 02, 1890-1891, p. 33.



comércio local, não geravam muitos lucros para a primeira, uma vez que comprava mais do que vendia para o mercado externo, além de exportar produtos primários e importar industrializados, que eram bem mais caros. Constatemos assim a dependência econômica da região às metrópoles comerciais, mesmo após a Proclamação da República, em 1889.

Para compreendermos o cotidiano dessas relações comerciais é interessante observar, por exemplo, a importação da pólvora de Pernambuco:

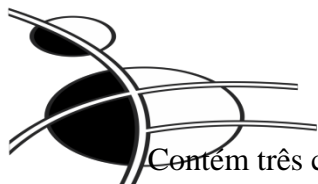
Retiramos a factura dos 20 barris de pólvora de nosso pedido na imp^a. de R\$—400:000 para desconto, cuja pólvora recebemos em Sobral do Snr. Antonio Regino do Amaral., exigindo este amigo a despeza de transp^o. do Camocim p^a. aquella cidade, ao que recusamos pagar visto que não precisaremos de pólvora ali e sim na cidade para onde lhes pedimos.³

Essas fontes demonstram o trajeto das mercadorias, passando por várias cidades até chegar a seu destino e o envolvimento das pessoas no intercâmbio. É interessante ressaltar a importância de Camocim em virtude de seu Porto, que recebia os produtos diretamente de outras cidades, estados litorâneos do Brasil e da Europa e de Sobral por meio da estrada de ferro que abastecia as cidades vizinhas.

Além dessas, podemos destacar ainda diversos outros documentos, tais como telegramas enviados a outras firmas para a compra ou venda de mercadorias, livros de Contas Correntes que tinham por finalidade o registro das compras e vendas a prazo com os respectivos pagamento e recebimento; livro de atas da fundação da Associação dos Produtores de Cera da Carnaúba de Granja; registro de estoques de mercadorias. Tais fontes demonstram a diversidade da clientela.

O borrador também era de uso frequente. Esse nome era dado a um livro que servia de rascunho prévio para os registros a serem, posteriormente, transcritos no Diário. Esta prática visava atender ao primeiro Código Comercial Brasileiro que proibia rasuras, emendas e borraduras no Livro Diário, como forma de inibir possíveis fraudes.

³ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 02, 1890-1891, p. 36.



Contém três colunas: a primeira, destinada ao fólio⁴; a segunda, a valores parciais; e a terceira, a valores totais.

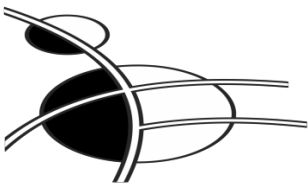
Inúmeras fontes documentais podem ser usadas pelo historiador afim de que este possa construir novas dimensões na compreensão do(s) passado(s). Nesse sentido, o conteúdo desses documentos mostra a dinâmica sócio-econômica existente na sociedade granjense do século XIX, evidenciando a atuação dos sujeitos no mundo do trabalho e em outras esferas da vida em sociedade.

3. A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA GRANJENSE E SUA “AUSÊNCIA” NA HISTORIOGRAFIA

Em sua obra “Carvalho Motta: Capitalista e Governador”, José Xavier Filho (2010, p. 15) ressalta que, “A Granja sempre apresentou uma gama considerável de possibilidades comerciais, agrícolas e criatórias. Havia também sempre um arremedo de atividade industrial.” De fato, estas palavras não são mero reflexo de um filho saudoso da cidade retratada por nós, mas sim uma constatação da pujança comercial vivida por ela durante um considerável período de sua história. A título de comprovação da relevância dos negócios de Granja para toda a sua região circunvizinha, que compreende uma significativa parcela do território cearense, basta uma breve análise, ainda que superficial, do volume de exportação de alguns produtos escoados através de seu complexo portuário. Certamente, se fizessemos um levantamento detalhado usando uma tabela que apresentasse em pormenores quantitativos os números precisos da exportação provenientes de Granja nosso estudo alcançaria patamares bem mais substanciais, porém, devido ao avançado processo de deterioração que passam os documentos estudados por nós, somos impossibilitados de apresentar dados mais precisos. Mesmo assim, optamos em “revelar” trechos de cartas e faturas que denotam a efervescência comercial da cidade de Granja.

Em carta de 20 de outubro de 1892, endereçada a um cliente na cidade de Hamburgo (Alemanha), Carvalho Motta noticia:

⁴Fólio é o número da página do livro Razão para o qual foi transferido o registro com seu respectivo valor, consignado no Borrado.



Hoje realizamos uma compra importante de jaborandy. Os negociantes d'aqui pretendiam exportar-o para as praças, Londres e New- York. A partida é grande, talvez de 8:000 kilos para cima, e de superior qualidade, pelo que tivemos de pagar-o por preços muito elevados. Pelo primeiro vapor para a Fortaleza mandaremos mais da metade, que já recebemos, e o mais nos será entregue em Novembro próximo.⁵

Em outra correspondência datada de 16 de setembro de 1892, destinada a cidade de Liverpool (Inglaterra), é relatada a venda de uma grande quantidade de algodão àquela cidade: “Retiramos a c/ de venda de 70 @ de algodão cujo liquido de £ 162,17,8 notamos a s/ credito, esperamos do que venha sem mais demora a c/ das 100 primeiras saccas.”

Relatos semelhantes a estes seguem por inumeráveis vezes em remessas que são feitas diariamente para as mais diferentes cidades compradoras da firma granjense. Por tanto, é justamente pela demanda corriqueira que somos levados a acreditar que em seu período áureo, o comércio de Granja alcançou dimensões bastante significativas tanto para o noroeste do Estado e conseqüentemente para o restante do Ceará.

Contudo, mesmo diante do exposto que apresenta fortes indícios da importância comercial granjense nos causa “estranheza” ao olharmos a historiografia cearense e não constatarmos na escrita existente quase nada que seja digno do merecimento que a cidade de Granja devia ter por causa de sua trajetória delineadora dos rumos da economia de toda uma região estadual. Denise Takeya (1995, p. 98) examinando a correspondência consular entre Pernambuco e o Ministério de Comércio Francês demarcando as relações comerciais França – Brasil – Ceará, transcreve boletim consular de 1876 em que o cônsul relata o dinamismo das exportações algodoeiras:

O ancoradouro de Aracati ganha desde alguns anos uma certa importância devido ao embarque de algodões provenientes do interior da província e que são dirigidos de preferência a esta localidade de exportação, mais próxima dos lugares de produção que o porto de Pernambuco. Se este movimento comercial tender a se desenvolver, será talvez necessário nomear para este ancoradouro um agente consular...

⁵ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 02, 1892-1893, p. 57.



Ao deter sua fala privilegiando certos espaços, a autora provoca a negligência em deixar a margem da historiografia outros lugares, no caso, Granja, que ao que somos sabedores praticava atividades muito similares às de Aracati e outros cantos cearenses, mesmo assim, a cidade, não é evocada como partícipe junto a outros centros de comércio do Estado.

Nos chama igual atenção a obra “História do Ceará: dos índios à geração cambéba”, do historiador Airton de Farias, em seu capítulo 17, dedicado ao estudo da economia cearense no século XIX. Ao retratar os números da exportação de algodão e café entre os anos de 1845 até 1890, o autor menciona apenas a produção saída pelo porto de Fortaleza, “esquecendo-se” de outros polos talvez menos significativos mais nem por isso menos importante. Aliás, a única referência dedicada a Granja é feita ao assinalar os efeitos das secas para os latifúndios entre os anos de 1877 e 1879, o que gerou, de acordo com nosso autor, o esvaziamento dos sertões, conseqüentemente, cidades como Granja ficaram “apinhadas de flagelados”(FARIAS, 1997, p.110). Mais uma vez observamos centros comerciais importantes do Ceará deixados de lado em relevantes estudos sobre a economia do estado, o que pode ser explicado pela escolha em se “privilegiar” certos espaços em detrimentos de outros tantos.

Outro aspecto que merece ser ressaltado, e que foi igualmente ignorado pela historiografia cearense, é a importância que alguns “personagens” granjenses exerceram tanto na cidade como no cenário do Estado. Destes, certamente Carvalho Motta (dono da firma em estudo) merece ser destacado por nós, pois de acordo com Filho (2010, p. 48) ele “foi, talvez, o mais importante dos negociantes da Granja, a partir dos anos 70 do século XIX... Sem dúvida detinha, na Granja, um enorme poder, tanto na esfera econômico-financeira como na político-administrativa”. Fato facilmente comprovado pelos cargos exercidos por Carvalho Motta na cidade a serviço da administração provincial e estadual como:

Encarregado de obras da Comissão de Socorros, Suplente de Delegado e também Delegado de Polícia, Inspetor Escolar e Deputado Provincial de 1886 a 1887. Em 1895 (ou 1891) ele foi nomeado Tenente-Coronel Comandante do 29º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, por nomeação legal e logo passaria a Coronel. (FILHO, 2010, p. 146)



No início dos anos 1900 Carvalho Motta decide deixar os negócios na Granja, vende sua casa de comércio e muda-se com a família para a capital do estado, ao que tudo indica, na intenção de alçar maiores voos políticos, e já em 1904 é eleito para a Assembleia do Estado, passando a fazer parte diretamente do “grêmio aciologista”. Segundo Filho (2010, p. 148)

O poder da oligarquia implantada por Nogueira Accioly pode ter também contribuído para levar Carvalho Motta a mudar-se para Fortaleza. A princípio, em 1906, sua atuação na capital se deu na Diretoria do Banco do Ceará, que tinha como presidente Tomás Pompeu de Souza Brazil Filho, cunhado de Accioly.

Com a transferência para a Fortaleza o próspero e perspicaz comerciante do noroeste cearense tem uma ascensão política, diríamos, meteórica, visto que “Em 24 de janeiro de 1912, o Deputado Antônio Frederico de Carvalho Motta é alçado à Presidência do Estado em virtude dos movimentos populares que levaram à deposição de Nogueira Accioly.” (FILHO, 2010, p. 149). Este acontecimento é ligeiramente explicado ao constatarmos que em 1908 Carvalho Motta é eleito a segunda vez para a Assembleia. Em abril do mesmo ano o Comendador Accioly havia sido reeleito para mais um quadriênio, sendo a chapa vencedora composta por um 1º Vice-Presidente (Dr. Maurício Graccho Cardoso); um 2º Vice-Presidente (José da Boaventura Bastos) e um 3º Vice-Presidente (Coronel Antônio Frederico de Carvalho Motta).

Sendo assim, quando aconteceu a renúncia de Nogueira Accioly, em janeiro de 1912, quem deveria assumir o governo era Maurício Graccho Cardoso então 1º Vice-Presidente, mas este também renunciou. E como o 2º Vice-Presidente se encontrava no interior, coube a incumbência dos rumos do Ceará ao comerciante e político Carvalho Motta, ficando interinamente no cargo até a realização das eleições majoritárias que levaram o Tenente Coronel Marcos Franco Rabello a chefia do executivo cearense em julho daquele ano.

Entretanto, mais uma vez nos deparamos com fatos e “atores” relevantes concernentes à Granja que foram deixados de lado pela historiografia cearense, expostos apenas em trabalhos tímidos como do cronista José Xavier Filho em publicação recente e, doravante, igualmente trazidos por nós e expostos para discussão que pretendemos realizar nas linhas que se seguem.



4. AUGUE E QUEDA DO ALGODÃO NO BRASIL E NO CEARÁ

Até meados do século XVIII o principal produto tropical gerador de riquezas para o Brasil era o açúcar produzido nos engenhos, sobretudo nordestinos, desde os primórdios coloniais. Contudo, os progressos técnicos advindos da Europa, notadamente da Inglaterra, faz surgir no cenário econômico nacional um outro gênero, o algodão, para “emparelhar-se” ao açúcar e, por breves períodos, até mesmo superá-lo.

Caio Pardo Júnior (1994, p. 80-81) nos revela como o algodão se eleva de um mero arbusto irrelevante, utilizado pelos nossos indígenas, ao primeiro produto da lista das exportações brasileiras. Vejamos:

Embora conhecido imemorialmente, o papel do algodão nunca fora de destaque; em particular na Europa, onde nada havia que o avantajasse às fibras de produção local então utilizadas para os mesmos fins que ele: o linho ou a lã. Os progressos técnicos do século XVIII permitirão o seu aproveitamento em medida quase ilimitada, e ele se tornará a principal matéria-prima industrial do momento, entrando para o comércio internacional em proporções que este desconhecia ainda em qualquer outro ramo.

Desta maneira, seguindo os ditames nacionais e favorecido por condições adequadas, a partir das últimas décadas do século XVIII, o plantio e comercialização do algodão passou a representar uma das mais importantes atividades lucrativas do Ceará, pois de acordo com Girão (2000, p. 214) “... o famoso arbusto veio constituir-se, ao lado do boi, a mais substancial fonte econômica da Capitania”.

Mesmo já sendo cultivado pelos indígenas antes da chegada dos portugueses, foi somente com a colonização que o seu cultivo se difundiu. Contudo, o algodão só passou a ser produzido em larga escala a partir da enorme demanda advinda da Revolução Industrial na Inglaterra que exigia uma produção além daquela oriunda de suas colônias. Outro relevante aspecto que contribuiu para a expansão do arbusto foi a Guerra de Independência dos Estados Unidos, que se apresentava como o maior produtor mundial dessa matéria-prima e principal fornecedor para a Inglaterra, sua metrópole. No período compreendido entre os anos 1861-1864 ocorria a Guerra de Secessão Norte Americana, enquanto que no Nordeste, especialmente no Ceará,



acontecida o auge das exportações do algodão, também chamado de “ouro branco”, como ressalta Almeida (1989, p. 27):

A elevação da demanda externa colocou o Ceará na dianteira das exportações estando o algodão à frente das transações comerciais fomentando o comércio e dinamizando a economia através da aplicação de capitais que se acumulavam à margem da exportação de gêneros de primeira necessidade e da implantação de produtos requeridos pelo mercado local.

No entanto, a euforia provinda dos lucros do algodão durou menos de uma década, vejamos o que assinala Girão (2000, p. 234):

Em 1871, restabelecida a paz nos Estados Unidos, começou a baixar o algodão. Negociantes e lavradores tentam arcar com a crise... o preço a baixar sempre! Estavam os lavradores vencidos, pobres e endividados. O ricoço de ontem com as propriedades empenhadas, e sem meios de ganhar a vida...

Doravante, era imprescindível encontrar alternativas que suprissem o buraco deixado pela decadência do algodão, pois como menciona Júnior (1994, p. 81) “... as regiões produtoras que não contaram com um substituto, encerram com um colapso sua brilhante e curta trajetória.”. Mas, mesmo enfrentando muitas oscilações que variavam de grandes altas e drásticas quedas, o algodão permaneceu figurando como o produto mais importante da economia do Ceará, portanto, considerado “a base da riqueza da Província” (GIRÃO, 2000, p. 234), quadro que se manterá por boa parte do século XX. Adiante, nos deteremos em discorrer sobre as singularidades comerciais desenvolvidas em Granja que a tornaram um importante centro de comércio cearense nos idos do final do século XIX.

5. AS PECULIARIDADES DO COMÉRCIO GRANJENSE

A partir, principalmente, da década de 1890 o quadro comercial cearense, passou a sofrer algumas mudanças, especialmente, no que tange a organização e diversificação, isso vai se externar principalmente na área de produção, como também, no setor de vendas, ou seja, foram acrescidos, ou melhor, revelados, expostos outros



gêneros na pauta de compras e de vendas, como formas de driblar a situação desfavorável e, continuar na empreitada ampliando tal atividade.

Paralelamente, o comércio de Granja, desde a segunda metade do século XIX, vem se estruturando no entorno de muitas mercadorias, mesmo ainda sob a “glória” do algodão (em carta de 2 de outubro de 1890 em apenas uma remessa a Casa Carvalho Motta & Irmão vende para o Maranhão 70.000 Kilos), as pautas das exportações e importação já se revelavam com tal realidade. Embora, este continuasse, em 1891 e anos seguintes, sendo apontado como o grande norteador do comércio granjense e, por extensão do Ceará, a partir da década de 1880, o algodão passou a compartilhar sua majestade com outros gêneros, de modo mais intenso, o café, produto que havia entrado na lista das exportações cearenses poucas décadas antes e, assim mesmo, já mostrava acentuado vigor econômico para os negócios da província.

Em correspondência de 3 de agosto de 1891, Carvalho Motta ressalta:

Como gostamos de cumprir o que tratamos sustentamos a nossa oferta de de 14.000 reis, o que lhe pedimos é que ceda para ficar em 40@ para não ser tão grande o nosso prejuízo. Caso, porém isto lhes faça diferença e não lhes convenha concordar conosco, ficaremos com todas as 50@.⁶

Por estas circunstâncias, o café a cada dia ganha espaço e reconhecimento no mercado. Além disso, somos sabedores que não era em todos os lugares que se cultivava esse gênero. No caso de Granja, a mesma, dependia das cidades, ou regiões circunvizinhas, produtoras deste, como nos informa (FARIAS, 1997, p. 107), ao citar estes lugares como propícios para o cultivo do café no território cearense: “Aqui, seu cultivo se deu em sítios localizados nas serras de Baturité, Maranguape, Meruoca, Aratanha, Serra Grande, Uruburetama e Araripe, onde o solo, a temperatura e a pluviosidade lhe eram favoráveis.”

Carvalho Motta em seus registros, também dá conta destas regiões como produtoras de tais produtos ao externar: “Café. Precisamos comprar algum. Digão-nos por que preços poderão obter, consta-nos que ahi se tem vendido o que vai chegando de

⁶ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 02, 1890-1891, p. 10.



Baturité, dos agricultores c. preços baixos.”. Visto isso, é notório os registros de compra e venda de café, no entanto, em seu raio seguiram muitos outros produtos.

Como relata Girão (2000, p. 380) o café, “Superou, em valor, as exportações do algodão entre os anos de 1860-61 a 1864-65 e no ano de 1877-78. De 1890 em diante, os dois gêneros conservaram mais ou menos o mesmo volume, até que venceu novamente o ouro branco (o algodão) em 1898-99.”

A partir do estabelecimento deste clima de incertezas gerado pelas oscilações na produção e venda do binômio café-algodão, visto que seu desenvolvimento e lucratividade dependem de uma gama de fatores, que compreendem desde aspectos climáticos até decisões políticas, algumas firmas tomaram consciência da real necessidade e importância da expansão e ampliação dos gêneros a serem comercializados, gerando assim, uma dinamização crescente e profícua no mundo dos negócios cearense. Concomitantemente, o comércio granjense passa a investir também em uma importação mais sofisticada e “industrializada”, o que Farias (1997, p. 108) vai denominar em sua obra, “História do Ceará”, de “os novos costumes da pequena nobreza”, surgidos principalmente, a partir da venda e do dinheiro oriundo do café.

A chegada do século XX traz consigo algumas “revoluções”, tal feito anuncia não só uma simples mudança cronológica, tratava-se, sobretudo, de uma vivência em estado de crise econômica. Ao mesmo tempo, germinou no Ceará algumas oportunidades de melhoria, como por exemplo, a utilização de certas estratégias para facilitar a vida dos cidadãos e, em especial, fortalecer as relações comerciais como: “a consolidação das cidades, a ampliação dos trilhos das ferrovias, que contribuíram significativamente no sentido de facilitar o deslocamento de mercadorias, de pessoas etc.” (FERREIRA, 1989, p. 187)

A construção de rodagens, a navegação a vapor, o surgimento das fábricas de beneficiamento do algodão (embora produzisse apenas tecidos “grosseiros”, mas, de certo modo, era uma produção voltada para o suprimento das necessidades internas, para as vestimentas das classes mais pobres, utilização no ensacamento de matérias-primas...), propiciaram um conjunto de ações que contribuíram para “apimentar” as trocas e a diversidade dos artigos comercializados por intermédio da cidade de Granja.

É possível perceber a presença marcante de uma enorme oscilação na prática do comércio cearense, através dos livros contábeis das firmas e, de alguns livros publicados



a cerca das mesmas, como por exemplo, a crise na venda do algodão posterior a recuperação da produção norte-americana (final de 1860), que não alcançou mais os números da safra de outrora, pelo menos até a década de 1890. Vale frisar a característica de que a crise não se restringiu ao algodão, o café, como citado anteriormente, não teve história diferente. Além dos fatores apontados por Farias (1997, p. 104) como razão que levaram a crise no comércio do café e, por extensão do algodão, podemos citar ainda, a fragmentação das propriedades rurais por partilha entre os herdeiros das grandes famílias, a construção de cercas, diversificação dos gêneros comercializados etc.

A esse respeito, podemos perceber através da análise do conteúdo dos livros contábeis da firma Carvalho Motta & Irmão, que Antônio Frederico, o então mentor das vendas e compras em Granja e sua família, viviam muito bem para os padrões da época em sua cidade e, certamente, eram tomados como referenciais pelas elites do sertão. Algumas cartas fazem referência a tal vivência, neste sentido, uma destas, endereçada aos amigos e fornecedores Simões Simão & Comp^a, nos ajuda a pensar esta questão ao declarar:

Quando houver oportunidade para nos mandarem os artigos que lhes pedimos em cartas anteriores, mandem-nos juntamente, 4 (...) de 10 dúzias de tijelas sortidas em tamanhos maiores, brancas e de côres, pó de pedra e louça pintada e 12 garrafões vazios (...) ⁷

Deste modo, as relações comerciais no interior de Granja se propõem a socializar novos produtos no comércio da região norte do Ceará. Assim, como em outra carta remetida ao Snr. Simões Simão & Comp^a. do Ceará, em 8 de outubro de 1891, intitulada Mercadorias de nossa importação, ele declara: “(...) recebemos os volumes que nos mandaram, notando a seu crédito R\$-637,290 pela sua carta de despesas com as as mesmas. Na caixa com 80 dúzias de meias faltaram 2 dz^{as} das compridas para Snr^{as}. (...)”⁸

O que se vê manifesto, a partir das cartas, é que os hábitos de consumo de mercadorias importadas não se limitavam a família de Antônio Frederico, tais práticas

⁷ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 02, 1890-1891, p. 233

⁸ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 02, 1890-1891, p. 238



são comuns à famílias abastadas daquela cidade e região. Já na década de 1870

percebemos esses costumes, como relata Ignácio Xavier, ao mencionar em uma carta endereçada a Oriano & Irmão, comerciante da cidade de Sobral, na qual, João Batista, pai de Frederico, em 1872 exige que lhes enviem duas barricas de bacalhau, expondo da seguinte forma: “(...) e como uma dessas seja para o consumo de minha caza ezijo que seja bom”. (FILHO, 2008, p. 86).

A prática da importação transformou-se rotineira para o suprimento dos anseios da população do noroeste cearense: a compra de vinhos, farinha de trigo, caixas de fósforo, chromos e fontes de leitura, como podemos constatar neste aviso de Motta ao seu fornecedor: “Mandem-nos mais 25 exemplares de grammática pela volta do portador e uns 6 mappas do estado recentemente publicados por este”⁹, são evidencias que determinam a relevância das casas comerciais estudadas por nós.

Ao que sugere as fontes, referentes ao contexto comercial de Granja, o povo a cada dia se tornava, com maior anseio e desejo de consumo, como vem nos informar uma carta de 7 de novembro de 1891, endereçada a Paris, ao Snr^s Kiefe Freres, com a seguinte recomendação: “Ficam-nas o favor de mandar-nos por intermédio dos Snr^s Simões, Simão & C^a do Ceará, 100 dúzias de pares de sapatos perfeitamente idênticas aos de sua última remassa. Queremos o mesmo sortimento em cores.”

Como já foi exposto, as encomendas das firmas comerciais granjenses, não se limitavam aos estados brasileiros, também mantinham negócios com muitos países da Europa e Estados Unidos. As mercadorias importadas eram as mais diversas, desde, das mais exuberantes às mais singelas. Um dos contatos mais assíduos, com os quais Carvalho Motta tinha era a cidade de Hamburgo na Alemanha, com a firma Seeling & Wattiy, em uma carta endereçada a este Snr, no dia 20 de fevereiro de 1892 Motta ressalta: “Mandem-nos, quando tiverem de vir os artigos que lhes pedimos por nossa ultima carta, 4 caixas de 10 grozas de fósforo, lidropings, do que costuma vir... queremos couza perfeitamente idêntica”¹⁰.

Entretanto, a diversificação dos produtos intermediados pelas casas comerciais de Granja não se restringiam aos importados. Na pauta de exportações são acrescentados

⁹ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 02, 1890-1891, p. 190

¹⁰ Idem



gêneros como: a cera de carnaúba, a sola, o couro salgado, redes, o jaborandi, madeira violeta, resina de jatobá e principalmente, o algodão e o café, a grosso modo, estes eram os produtos voltados para o mercado externo escoados pelas firmas granjenses.

A partir de 1880, a economia cearense, projeta-se com uma política de prosperidade econômica, advinda principalmente de algumas construções, do contato direto com comerciantes de outros países e, da ousadia de investir na diversidade dos artigos comercializados. Diga-se de passagem, este momento de constante oscilação comercial estimulou os mediadores do comércio, a galgarem novas perspectivas para suas atividades.

Contudo, a crise da cotonicultura não significou a eliminação do algodão do cenário comercial granjense, mais sim, um empecilho no comércio da cidade, como o reflexo de uma crise mãe, a dificuldade que o Ceará passava em driblar os efeitos da decadência algodoeira. Ao que parece, pelo menos no tocante a cidade de Granja, tal crise, foi antes de tudo, um estímulo ao processo de maior sociabilidade das opções de gênero, destacam-se, em especial, o café e o jaborandi.

Mesmo assim, o algodão vai permanecer, e de modo muito vivo na pauta das encomendas comerciais, como nos informa a carta datada de 3 de agosto de 1891, em que Carvalho Motta adverte seu fornecedor Francisco Siqueira da seguinte maneira, “Não se descuide de nossos negócios de jaborandy, e compre toda a quantidade de que lhe possível, assim como o algodão que aparecer.”¹¹

6. “SOMOS COM A MAIOR ESTIMA”: AS RELAÇÕES DE AMIZADE NO MUNDO DOS NEGÓCIOS NA ZONA NOROESTE DO CEARÁ.

Uma peculiaridade que chama bastante atenção era a maneira como os comerciantes de Granja se relacionavam com seus clientes e fornecedores, fator que pode nos evidenciar pistas para decifrarmos, ao menos em parte, seu sucesso.

Nos documentos analisados vemos a nítida preocupação em se manter uma atmosfera de estima e cordialidade entre clientes e fornecedores. São inúmeros os

¹¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 02, 1890-1891, p. 10.



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

relatos em que clientes recebem fornecedores (fato que ocorre reciprocamente) em suas cidades e os hospedam em suas residências numa tentativa de estreitamento das relações como forma de manutenção de bons negócios, afirmação comprovada em carta de 16 de setembro de 1891 endereçada a uma firma do Maranhão em que Carvalho Motta escreve:

É portador da presente o Snr Ignácio Xavier, empregado de minha caza e que vai ate ahi com o fim de comprar algumas mercadorias para nós. Esperamos que os amigos lhes proporcionarão os meios de poder fazer lhes bom sortimento e por preços razoáveis, servindo-se levar a meu debito e importância do que elle comprar, depois deduzido o desconto de costume. Elle, seguindo as instruções que leva, há de hospedar-se em caza de Vm^{ces}. e por tanto esperamos da reconhecida gentileza de Vm^{ces}. que o acolherão bem.¹²

Também é notório as formas de tratamento que aparecem nas correspondências entre os homens de negócios dessa zona comercial e seus fornecedores espalhados por várias partes do mundo, de expressões como: “Somos com a maior estima”, “Somos com estima e consideração”, “Sempre as ordens somos”, “Amigos & Companheiros, “Fomos honrados com seus estimados favores”, exemplos que podem evidenciar uma íntima proximidade de apreço e confiança.

Em correspondência datada de 07 de janeiro de 1891, destinada a um fornecedor na cidade de Manchester (Inglaterra), Carvalho Motta assim escreve “Fomos honrados com seus estimados favores de 9 de outubro e 18 de novembro, de cujos assumptos ficamos sientes e agradecidos... agradecemos lhes a confiança e amizade que nos dispensam... Não nos esqueceremos de fazer-lhes um peq^o pedido.”¹³ Palavras como esta se repetem para a maioria dos “contatos” da firma granjense, o que indicam haver laços de afetividade entre compradores e vendedores. Resta saber o quanto essas relações eram reflexo de verdadeira sinceridade, ou se tinham caráter puramente de interesse comercial.

Todavia, nem sempre as relações são permeadas de uma atmosfera cordial, em carta de 26 de abril de 1890 tendo como destino a cidade do Rio de Janeiro, Carvalho Motta escreve a seu fornecedor apresentando queixas e devolvendo mercadorias:

¹² UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 02, 1890-1891, p. 154.

¹³ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 02, 1890-1891, p. 45.



... surpreendeu-nos o terem Vm^{ces}. despachado os cigarros por intermédio dos Snr^s. Simões, Irmão & C^a., da Fortaleza, não obstante nossa observação para serem remetidos para a Amaração, em trânsito pelo Maranhão e como já tem Vm^{ces}. remetido, e não podemos compreender qual o motivo de terem Vm^{ces}. tomado uma tal resolução. Em vista d'isto e do onerosissimo imposto a que íamos nos sujeitar de 2000 reis por milheiro, sem podermos dispor de tal artigo sem grande prejuízo, resolvemos a não despachal-os e devolver-lhes como fazemos, por intermédio dos Snr^s. Simões, Irmão & C^a., correndo todas as despesas por sua conta, que forneceremos na primeira oportunidade... Creiam-nos Vm^{ces}. que a resolução de devolvermos estes cigarros foi bem contrária a sua vontade porém o grande prejuízo que iam accarretar obrigou a assim proceder, e do que são Vm^{ces}. os únicos culpados, visto que são mais claras as observações que sempre fazemos cada vez que lhes pedimos tal artigo, e cazo Vm^{ces}. não queiram prestar a despachar na conformidade que pedimos é melhor deixarem de remetter...¹⁴

Em outra correspondência de 18 de fevereiro de 1891 remetida para um cliente da firma granjense, Carvalho Motta cobra com veemência uma dívida:

Não tive o prazer de receber resposta de minha última carta por isto vou encomodal-o pedindo-lhe o favor de dar suas ordens sobre o seu pagamento... Se fosse qualquer negocio que tivéssemos feito no qual eu esperasse um resultado, ainda Vm^{ce} teria alguma razão de esquecer-se de mim, mas uma dívida nas condições da minha é uma dívida de honra e Vm^{ce} bem o sabes por que é um moço inteligente e educado e compreendo muito bem estas couzas... tal que me parecia que todo o auxílio que eu lhe pdesse prestar seria pouco, contando que Vm^{ce} soubesse reconhecer a minha bôa vontade.

Não sei se me quererá tomar por importuno mas lhe peço que vá me dando por conta alguma couza seja quanto fôr, por que aos poucos poderemos concluir estes negócios...¹⁵

Estas afirmações nos fornecem pistas que podem indicar a existência de um paradoxo nas relações entre clientes e fornecedores das casas de negócios de Granja. Se por um lado evidencia-se a “construção” de laços amigáveis que denotam uma tentativa de se obter negócios lucrativos, por outro, nota-se um tratamento rígido incorporado de

¹⁴ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 02, 1890-1891, p. 70.

¹⁵ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 02, 1890-1891, p. 112.



preceitos inflexíveis em que as transações comerciais por meio de efeito mecânico de compra e venda, com seus lucros e ou prejuízos parecem superar quaisquer indícios de apegos subjetivos.

Na busca da compreensão deste aparente embaraço, cabe-nos valer das palavras de Nibert Elias (1993, p.195) presentes em seu livro “O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes.” Ao dissertar sobre a relação de interdependência entre pessoas ou grupos ele afirma:

Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões, para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na história humana, desde os tempos mais remotos até o presente.

Fica claro que, para o autor, a civilização é posta e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver. Sendo assim, se direcionarmos a reflexão do autor em frente à discussão proposta por nós, somos induzidos a considerar que as redes de sociabilidades construídas entre a firma Carvalho Motta & Irmão e seus clientes e fornecedores eram reflexo da tentativa de se realizar transações lucrativas. Para isso se valia de estratégias maleáveis que melhor se aplicasse a seus interesses, seja usando de discursos exaltando a idoneidade com que realizava seus negócios, como também construindo laços amigáveis que garantissem de igual maneira seus objetivos.

As estratégias usadas pela firma granjense variam de acordo com o contexto em que devem ser aplicadas. Em carta de 01 de setembro de 1892, tendo como destinatário um cliente da cidade de Sobral, Carvalho Motta adverte seu cliente sobre a má qualidade do produto (no caso jaborandi) de uma terceira pessoa:

Conta-nos que um snr Pierre ou Pedro Pierre de Jacaré tem comprado jaborandy do Carrasco e tem vendido nesta cidade. Este jaborandy não vale coiza alguma, e não há quem queira receberl-o em consignaçon na Europa, algum que tem ido tem sido lançado n'agua.



ces
Acautelem-se contra essa droga. vc que são conhecedores do verdadeiro jaborandy estão habituados a fiscalizarem estes embates e não consentirem que lhes queiram impingira ~~ea~~ gato por lebre. O jaborandy do Carrasco tem a folha menor, é um pouco amarellado e não tem a qualidade de policarpina que tem o da Meruoca e Viçosa, e não se pode extrahir conveniência. É mt^o provável que o snr José Viriato tenha sido victima. Felizmente estamos muito calmos a este respeito por que o que aqui temos comprado tem sido fiscalizado convenientemente e quanto ao de vc^{ces}, conhecemos de muito annos que são do artigo, será uma garantia para nós.¹⁶

São exemplos como o relatado acima que indicam as artimanhas do comerciante de Granja, expondo uma dimensão reveladora do imbricado universo das relações comerciais. Mesmo não possuindo dispositivos que comprovem o nível da real intensidade dos laços tecidos naquela conjuntura pela análise dos trechos das cartas enviadas aos mais diferentes e distantes “parceiros” fica claro que o intuito final da construção daquelas relações é invariavelmente a realização de bons negócios.

7. CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho, consideramos, ao menos em parte, que alcançamos nossos ensejos sobre o que nos propomos nos momentos iniciais desta empreitada. A dificuldade no “colhimento” das fontes foi tarefa árdua, principalmente devido ao estrago causado pelo tempo nos livros das casas comerciais da Granja, o que não configurou empecilho para o “andar” da pesquisa.

A Granja de outrora, relegada ao ostracismo pela história do Ceará é trazida de volta à cena das problematizações para ser revisitada, repensada, reinterpretada. Agora será possível olharmos para o Ceará do final do século XIX por uma perspectiva um tanto mais alargada e tendo por mote novos ângulos que auxiliem numa compreensão mais substancial deste período cearense até agora condicionado a espaços consagrados, tidos como os únicos capazes de definirem os caminhos e serem expoentes máximos na construção da sua história.

¹⁶ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. **Copiador de Cartas e Faturas**. Caixa 03, 1892, p. 43.



De agora em diante, a história do Ceará continuará sendo contada a partir de Aracati e Sobral, por nomes como Denise Takeya e Lustosa da Costa; a partir de Fortaleza por Raimundo Girão, Airton de Farias e tantos outros, mas também será conveniente (ou seria imprescindível?) ao narrar a história cearense voltarmos nossos olhos sobre Granja e Carvalho Motta, pois quanto mais variados forem os lugares e os personagens que nos debruçamos mais próximos estamos de escrever história.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Iselda Rocha. **A História da Indústria de Óleos Vegetais no Ceará: 1900-1960**. Fortaleza: Edições UFC, 1998. (Coleção Estudos Históricos).
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortês, 2004.
- ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração cambéba**. Fortaleza: Tropical, 1997.
- FERREIRA, Benedito Genésio. **A Estrada de Ferro de Baturité**. Fortaleza: Edições UFC, 1989. (Coleção Estudos Históricos).
- FILHO, José Xavier. **Carvalho Motta: Capitalista e Governador**. Fortaleza: EDITORA Expressão Gráfica, 2010.
- FILHO, José Xavier. **Ignácio Xavier & Cia**. Granja: IJX, 2008.
- GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: UFC, 2000.
- JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. 42 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LIMA, Antônio Cláudio Ferreira. **A Construção do Ceará: Temas de história econômica**. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.
- TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.